

**LITERATURA INDÍGENA: ANCESTRALIDADE, PERTENCIMENTO E
RESISTÊNCIA EM *AY KAKYRI TAMA - EU MORO NA CIDADE*, DE MÁRCIA
KAMBEBA**

**INDIGENOUS LITERATURE: ANCESTRY, BELONGING AND RESISTANCE IN *AY
KAKYRI TAMA - I LIVE IN THE CITY*, BY MARCIA KAMBEBA**

Francisco Bezerra dos Santos*

Alex Viana Pereira**

RESUMO: O objetivo deste artigo é refletir sobre os temas ancestralidade, pertencimento e resistência presentes na obra *Ay Kakyri Tama: Eu moro na cidade* (2013), de Márcia Kambeba. O livro representa a luta dos povos indígenas, sobretudo do povo Omágua/Kambeba e enfatiza a memória ancestral, os costumes e outras características que revelam a forma de ver, pensar, resistir e existir num mundo que a cada dia coloca novos desafios para os povos indígenas. A obra é um misto porque reúne poesia e fotografia para enfatizar a vida de indígenas que moram na cidade. Assim, o estudo propõe ainda uma breve reflexão sobre o caminho percorrido pela representação e temática indígena na literatura, discorrendo também sobre o Movimento Indígena de 1970, Constituição Brasileira de 1988 e a Lei 11.645/2008, enfatizando a ascensão da literatura indígena contemporânea brasileira, que manifesta tessituras sobre os saberes e a diversidade étnica e cultural, dando sentido a memória e ancestralidade dos povos da floresta, contestando, por fim, a história contada pelos colonizadores que aqui chegaram e se denominaram “descobridores” do Brasil.

Palavras-chave: Literatura Indígena; Memória ancestral; Pertencimento; Resistência.

ABSTRACT: The aim of this article is to reflect on the themes of ancestry, belonging and resistance present in the work *Ay Kakyri Tama: I live in the city* (2013), by Márcia Kambeba. The book represents the struggle of the indigenous peoples, especially the Omágua/Kambeba people and emphasizes the ancestral memory, customs and other characteristics that reveal the way they see, think, resist and exist in a world that each

* Doutorando em Letras pela Universidade Federal do Paraná - UFPR (2020-2024), Mestre em Letras e Artes pela Universidade do Estado do Amazonas - UEA (2018-2020), Especialização em Língua Portuguesa e Literatura pela Faculdade de Ciências de Wenceslau Braz - FACIBRA (2017), Especialização em Docência no Ensino Superior pela Universidade Cândido Mendes - UCAM (2018) e Graduação em Letras - Língua Portuguesa pela Universidade do Estado do Amazonas - UEA (2017).

** Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Letras. Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Letras e Artes-PPGLA, bolsista FAPEAM. Pesquisa sobre literatura indígena, literatura infanto-juvenil e literatura fantástica.

DIÁLOGO E INTERAÇÃO

day poses new challenges for the indigenous peoples. The work is a mixture because it brings together poetry and photography to emphasize the life of indigenous people who live in the city. Thus, the study also proposes a brief reflection on the path taken by indigenous representation and theme in literature, also discussing the Indigenous Movement of 1970, the Brazilian Constitution of 1988 and Law 11.645/2008, emphasizing the rise of contemporary Brazilian indigenous literature, which manifests textures on knowledge and ethnic and cultural diversity, giving meaning to the memory and ancestry of the peoples of the forest, questioning, finally, the story told by the colonizers who arrived here and called themselves "discoverers" of Brazil.

Keywords: Indigenous Literature; Ancestral Memory; Belonging; Resistance.

1 Considerações iniciais

A literatura indígena encontra-se em ascensão no Brasil, com isso muitos são os escritores/as indígenas que estão surgindo com o intuito de promover por meio dessas textualidades debates mais democráticos com a sociedade, pois trazem para a história do país a existência dos povos originários que por muito tempo foi negada pelos colonizadores de forma física e simbólica. Ainda hoje, é preciso lutar contra os estereótipos deixados pelo processo de colonização.

Observa-se que a cultura indígena ainda é constantemente negada em muitos espaços. Nos locais de ensino institucionalizado, por exemplo, o saber dos povos tradicionais quando apresentado não condiz com a realidade, seus mitos são folclorizados ou ainda são colocados como figuras do passado em livros didáticos.

Esses estigmas aos poucos vêm sendo desfeitos graças ao Movimento Indígena de 1970, quando lideranças indígenas e intelectuais de diferentes grupos étnicos começaram a se organizar e exigir seus direitos pela demarcação de suas terras, ao livre exercício de suas tradições e a uma educação diferenciada.

São os Munduruku, Macuxi, Kambeba, Sateré-Mawé, Maraguá, Potiguara, Desana, Xavante, Yanomami, Apurinã e muitos outros, cada um com suas diferenças étnicas e culturais, mas ligados umbilicalmente pela resistência que os tornam "parentes" de luta contra a herança colonial que se perpetua até os dias atuais.

A literatura para esses povos é um ato político, é um instrumento de luta e um meio de levar a cultura indígena aos mais vastos lugares. Assim, muitos escritores/as indígenas viajam o Brasil e o mundo levando sua autoafirmação, autoexpressão, sua

DIÁLOGO E INTERAÇÃO

cultura e identidade, desfazendo estereótipos com o intuito de dissolver as visões eurocêntricas e ocidentais propagadas ao longo da história usadas em sua grande parte para fortalecer a colonialidade.

É dentro desse viés de militância e engajamento contra as visões extemporâneas, preconceituosas e estereotipadas sobre os indígenas que a autora Márcia Kambeba tem promovido seus escritos. Sua literatura atualiza as poéticas orais, o pertencimento, a memória e os saberes ancestrais de seu povo. É a partir dessas temáticas que selecionamos três poemas para discutir melhor essas características.

Os poemas selecionados fazem parte do seu primeiro livro publicado, *Ay Kakyri Tama: Eu moro na cidade* (2013). Ao introduzir sua obra, a autora afirma se tratar de um instrumento político de luta e engajamento rumo à autoafirmação e manutenção da cultura e identidade dos povos indígenas brasileiros.

Dessa maneira, o trabalho ficou dividido em duas partes: primeiramente, realizamos uma breve reflexão sobre a formação da literatura indígena brasileira, levando em consideração a importância do Movimento Indígena da década de 1970, da Constituição brasileira de 1988 e da lei 11.645/2008. Em seguida, analisamos três poemas que compõem a primeira obra de Márcia Kambeba. Nossas percepções focalizam em grande parte o plano de conteúdo dos poemas na tentativa de evidenciar questões relacionadas à ideia de pertencimento, memória ancestral e resistência. Temas que garantem a manutenção da identidade e cultura dos povos indígenas.

2 Notas sobre a ascensão da literatura indígena brasileira

Por muito tempo se falou da temática indígena dentro dos moldes ocidentais de literatura com o objetivo de colocar o indígena como “o bom selvagem”, “ingênuo” “demoníaco” ou mesmo como “cavaleiro medieval”, entre outras características errôneas, preconceituosas e extemporâneas sobre os nativos.

Os textos de informação são exemplos claros da visão eurocêntrica cunhada no século XVI sobre as culturas indígenas que se estendem até os dias atuais, bem como obras da literatura indianista datadas no século XIX, a saber, *O Guarani* (1857),

DIÁLOGO E INTERAÇÃO

Iracema (1865) e *Ubirajara* (1874), romances históricos que constituem a trilogia indianista de José de Alencar, que teve por objetivo trazer discussões sobre uma genuína identidade brasileira, mas que acaba por colocar o indígena em posição de servidão ou como se vivesse em comunhão com o colonizador.

Tais obras apresentam uma visão romantizada pautada em características ocidentais de um cavaleiro medieval ou de indígenas que abandonam seus próprios povos por devoção ao ocidental, tudo de acordo com a consciência possível do momento. Não se pode negar o valor literário dessas obras como registro de uma época, ou mesmo como pensamento e teorias desse período, entretanto, suas leituras devem ser feitas hoje de forma crítica problematizando esses estereótipos que ainda persistem.

No início século XX ocorreram algumas mudanças no modo de ver o indígena, principalmente pela ótica da obra modernista *Macunaíma* (1928), de Mário de Andrade (1893-1945). Este, por sua vez, constrói o indígena como herói carnavalizado, mas visando com isso à atualização dos modelos estéticos europeus diante de uma ótica nacional (THIÉL, 2012). Conforme a referida estudiosa, apesar de *Macunaíma* caracterizar também um discurso que vai na contramão do constructo de identidades essencialistas e desfazer a visão romântica de José de Alencar, a obra de Mário de Andrade continua sendo bastante marcada pelas tendências estéticas da tradição ocidental, isto é, o indígena permanece sendo apenas objeto do enunciado do homem branco e sua voz e realidade permanecem camufladas.

Ainda de acordo com Thiél (2012), o indígena brasileiro é traduzido pelo colonizador como hóspede em sua própria terra, pois carecem de lei, rei e fé, por isso precisavam ser catequizados e dominados de diferentes formas, seja de forma física ou simbólica. Nessa perspectiva, as mais de mil etnias que viviam no Brasil em 1500 foram massacradas, e como se isso não bastasse, os grupos indígenas foram silenciados e apagados pelos discursos literários eurocêntricos que propagaram visões ideológicas de modo a diminuir suas lutas e visibilidade.

Não pretendemos fazer uma análise detalhada do caminho que a temática indígena percorreu na literatura, mas elucidá-la brevemente e a partir daí compreender a importância da voz e das textualidades produzidas pelos próprios

DIÁLOGO E INTERAÇÃO

indígenas no século XXI, já que por muito tempo essas vozes foram silenciadas pelos textos que seguiam visões ocidentais de literatura, o que garantiu o apagamento da verdadeira realidade dos povos indígenas durante a história do Brasil. Apesar disso, Lima (2012) faz a seguinte ressalva:

Os povos indígenas, por toda a história do nosso país, tiveram sua realidade afastada do brasileiro comum, que ainda hoje se espanta de saber que existem povos indígenas em quase todos os estados do país. Ainda perdura no imaginário geral a visão do índio de 1500, sem nenhum contato com a “civilização”, vivendo nu e “inocente” no meio do mato (LIMA, 2012, p. 31).

Essa história começa a mudar na década de 1970 com o surgimento do Movimento Indígena formado por diferentes etnias/nações. Segundo a historiadora Poliene Bicalho (2010), líderes indígenas como Gersem Baniwa, Joênia Wapichana, Marcos Terena, Ailton Krenak, entre outros, começaram a se organizar em movimentos sociais, assim, traçaram longas batalhas em busca dos direitos dos povos indígenas.

É a partir da organização do Movimento Indígena e da articulação de lideranças nacionais e internacionais, apoiados por ONGs e pela ONU, que os direitos dos povos indígenas foram garantidos pela Constituição Brasileira de 1988, um marco histórico para os povos originários, pois finalmente foi reconhecido a eles os direitos sobre as terras que ocupam, a valorização e a difusão de suas manifestações culturais, o reconhecimento de sua organização social, costumes, línguas, crenças, tradições etc.

Diante disso, a partir da segunda metade do século XX, aproximadamente por volta de 1990, começa-se a falar de uma literatura de autoria indígena no Brasil, nomes como Eliane Potiguara, Olívio Jekupé e Daniel Munduruku, considerados como uns dos principais expoentes da literatura de autoria indígena começam, timidamente, a ganhar o mercado editorial. É preciso lembrar, que antes desse período dois indígenas da etnia Desana, Umusin Pãrökumu e Tolamã Kenhíri lançam o primeiro livro indígena brasileiro: *Antes o mundo não existia* (1980), publicado pela Livraria Cultura Editora. O livro apresenta, a partir da perspectiva racionalista da civilização ocidental, o conjunto de mitos da etnia.

Essas novas textualidades manifestam um caráter pautado na tradição oral e nos saberes ancestrais repassados pelos mais velhos das aldeias. São um conjunto

DIÁLOGO E INTERAÇÃO

de vozes com características mnemônicas dos povos originários que lutam pela sobrevivência num país alicerçado em preconceitos, estereótipos, etnocídio e genocídio (GRAÚNA, 2013).

Inicialmente essas produções eram direcionadas ao ensino dos próprios indígenas nas aldeias, com base na Constituição que lhes garantiu uma educação diferenciada. Com a introdução da escrita alfabética e, por conseguinte, da literatura, os povos indígenas começaram a ampliar suas vozes, traduzindo para a linguagem escrita suas práticas culturais, desse modo, o Brasil começou a assistir uma eclosão das textualidades produzidas pelos diferentes povos indígenas brasileiros (ALMEIDA; QUEIROZ, 2004). Esse movimento foi fortalecido ainda mais com a Lei 11.645 sancionada em 2008.

A partir da Lei supracitada, a escolarização se consolida com a obrigatoriedade dos estudos das histórias e culturas indígenas e africanas no contexto da sala de aula. A publicação da Lei 11.645/2008 é o reflexo da luta das minorias (negros e indígenas) por reconhecimento, um instrumento que tem possibilitado a difusão de saberes que sempre existiram, mas que eram invisibilizados. Para Silva (2012), a referida Lei possibilitará estudar, conhecer e compreender a temática indígena, superar a falta de informação, os equívocos e ignorância que faz resultar em preconceitos. Ainda segundo o autor, a efetivação dessa Lei ocasionará mudanças em antigas práticas pedagógicas, bem como no favorecimento de novos olhares sobre as manifestações culturais desses povos.

E de fato, essa Lei tem trazido novos olhares para as questões indígenas. A título de exemplo, é o crescente interesse por parte das editoras em publicar obras de temáticas indígenas a partir de sua aprovação. A escassez de material sobre esses povos e a grande demanda escolar por esse tipo de material fez com que as editoras apoiassem os novos escritores e firmassem parcerias com ONGs e associações de escritores indígenas.

Levando em consideração esses acontecimentos brevemente percorridos, o indígena viu a necessidade de sua voz ecoar por outros caminhos para assim mostrar à sociedade toda a diversidade étnica e cultural do Brasil. Segundo Guesse (2014), ter seus direitos garantidos por lei foi o primeiro passo para que os povos indígenas

DIÁLOGO E INTERAÇÃO

pudessem aprimorar a escrita alfabética e, conseqüentemente, produzir seus escritos literários. Desse modo, a literatura indígena é vista por esses escritores como umas das principais ferramentas de enunciação da cultura indígena, como esclarece Julie Dorrico (2018, p. 231):

Essas novas vozes, portanto, têm a função de enunciar suas pertencas ancestrais de modo criativo e, nessa esteira, desconstruir noções sedimentadas que se conservam no imaginário popular sobre elas, marcadas por um viés fortemente negativo e preconceituoso. Denunciam, além disso, práticas de violência física e simbólica perpetradas historicamente contra os povos indígenas.

A literatura indígena surge, então, como instrumento político, fonte de resistência e engajamento dos povos indígenas. Diante disso, esses sujeitos reivindicam seus lugares de fala, sua existência antes negada, o direito de exercer suas crenças, mitos, ritos, cântico e danças. Para Érika Guesse (2014), os povos indígenas estão se firmando como sujeitos de sua própria história, isto é, não precisam de tutela, mas de reconhecimento e respeito.

Desde então, muitos são os títulos publicados no Brasil que marcam a afirmação dos povos indígenas. De acordo com Lima (2012), muitos desses povos estão se apropriando da escrita e de outras tecnologias para produzir *sites*, filmes, documentários, entre outros meios expressivos, para registrar e divulgar suas tradições, identidades e reivindicações, é o que faz, por exemplo, Márcia Kambeba.

Esta, por sua vez, além de publicar seus escritos de forma impressa, usa suas redes sociais e outras tecnologias como o *YouTube* para divulgar seu trabalho, que atualmente são classificados em poemas, músicas, relatos, entrevistas, palestras e fotografias.

Dessa maneira, é importante conhecer a literatura de autoria indígena que vem sendo difundida no Brasil, bem como o histórico dessas textualidades, sua representatividade, seus autores, os aspectos estético-literários presentes nelas, as lutas e as vozes dos povos indígenas presentes nos poemas, crônicas, autobiografias, contos, narrativas, entre outros, que manifestam a tradição oral e os saberes ancestrais, ou seja, o caráter coletivo de luta, engajamento e resistência dos povos originários brasileiros, que se juntam e se tornam “parentes”, apesar das diferenças

DIÁLOGO E INTERAÇÃO

étnicas e culturais, rumo a um único objetivo: resistir para continuar existindo, diante da escassez de incentivos e de políticas que promovem o apagamento desses povos.

3 Ancestralidade, pertencimento e resistência em *Ay Kakyri Tama*: Eu moro na cidade

Ay Kakyri Tama: Eu moro na cidade (2013), publicada pela Grafisa Gráfica e Editora, é uma obra múltipla, pois reúne poesia, crônica e fotografias. É o primeiro trabalho de Márcia Kambeba publicado no âmbito da literatura indígena. Sua poesia é voltada para a valorização da cultura e da militância indígena.

A autora, que nasceu na Aldeia Ticuna, no Alto Solimões, pertence à etnia Omágua/Kambeba. É geógrafa, escritora, compositora, atriz, fotógrafa e palestrante da causa indígena. Como descendente direta dos Omágua/Kambeba, torna-se a porta-voz do seu povo e registra em livro parte do que aprendeu de sua cultura, por isso, iremos perceber ao longo da leitura dos poemas a exaltação dos aspectos culturais de sua etnia, os quais resistem à passagem do tempo e às interferências de culturas cosmopolitas.

A história de resistência dos Kambeba vem de muito tempo, mesmo antes do processo de colonização. O historiador Benedito Maciel, na apresentação do livro da escritora, afirma que a presença dessa etnia na Amazônia é resultado de uma grande migração Tupi rumo ao que eles julgavam ser “A terra sem males”. Os primeiros registros sobre esse grupo foram realizados entre os séculos XVI e XVII e são contraditórios. Entretanto, a maioria desses registros informam sobre grandes povoados dessa etnia, com poder político centralizado em torno de um principal cuja influência atingia áreas geográficas de até 700 km (KAMBEBA, 2013).

Reduzidos a pequenos grupos essa etnia atravessou o século XIX buscando diferentes formas de responder aos novos desafios. Um desses desafios enfatizados por Márcia Kambeba é a presença de indígenas nos centros urbanos. Os estigmas sobre esses indivíduos na cidade são muito maiores, suas identidades são sempre questionadas. Diante dessa conjuntura, a autora como militante da causa indígena e moradora da cidade traz para sua obra essa problemática.

DIÁLOGO E INTERAÇÃO

Como objetivo proposto por esse trabalho, analisamos três poemas presentes no livro de Márcia Kambeba. Chamamos atenção para o fato de que nossas interpretações estão pautadas em sua quase maioria no plano de conteúdo, já que levamos em consideração o fato das produções indígenas não se prenderem a modelos e regras literárias ocidentais.

Em cada poema encontrado em seu livro, a autora apresenta reflexões sobre a necessidade da autoafirmação e dos problemas mencionados acima. É com o poema “Ay Kakuyri Tama”, cujo título também nomeia o livro, que Márcia Kambeba inicia suas reflexões, enfatizando a problemática em torno dos indígenas citadinos.

Ay Kakuyri Tama
(Eu Moro na Cidade)

*Ay kakuyri tama.
Ynua tama verano y tana rytama.
Ruaia manuta tana cultura ymimiua,
Sany may-tini, iapã iapuraxi tanu ritual.*

Tradução:

Eu moro na cidade
Esta cidade também é nossa aldeia,
Não apagamos nossa cultura ancestral,
Vem homem branco, vamos dançar nosso ritual.

Nasci na *Uka* sagrada,
Na mata por tempos vivi,
Na terra dos povos indígenas,
Sou *Wayna*, filha da mãe *Aracy*.

Minha casa era feita de palha,
Simples, na aldeia cresci
Na lembrança que trago agora,
De um lugar que eu nunca esqueci.

Meu canto era bem diferente,
Cantava na língua *Tupi*,
Hoje, meu canto guerreiro,
Se une aos Kambeba,
aos Tembé, aos Guarani.

Hoje, no mundo em que vivo,
Minha selva, em pedra se tornou,
Não tenho a calma de outrora,
Minha rotina também já mudou.

Em convívio com a sociedade,
Minha cara de “*Índia*” não se transformou,
Posso ser quem tu és,
Sem perder quem sou,

DIÁLOGO E INTERAÇÃO

Mantenho meu ser indígena,
Na minha identidade,
Falando da importância do meu povo,
Mesmo vivendo na cidade.
(KAMBEBA, 2013, p. 23).

A leitura do poema é feita sem nenhum empecilho, mesmo a autora empregando termos de sua língua originária. A primeira estrofe é toda em língua Kambeba, acompanhada da tradução em língua portuguesa. Logo, trazer o signo linguístico de sua língua materna se configura como um gesto de reafirmação, já que a língua como fruto social e cultural reflete as especificidades de determinadas sociedades. Muitos escritores indígenas estão aderindo à escrita bilingue, uma vez que a língua, assim como a literatura também precisa resistir à passagem do tempo para que as novas gerações conheçam seus idiomas originários. Nesse sentido, o livro, entendido por essas comunidades como recurso de propagação e manutenção das identidades, tem sido um importante aliado.

Ainda na primeira estrofe, chamamos atenção para a percepção da autora ao afirmar que viver na cidade não significa apagar seus laços com a ancestralidade. Para os intelectuais indígenas, categoria que cabe Márcia Kambeba, o trânsito contínuo entre aldeia e cidade é visto como uma forma de aquisição de conhecimento usado em prol da militância indígena. Esses intelectuais representam seus grupos étnicos nas reivindicações de direitos. Graúna (2013, p. 64), corrobora essa assertiva quando diz que:

Os aspectos intensificadores da literatura indígena contemporânea no Brasil remetem à auto-história de resistência, à luta pelo reconhecimento dos direitos e dos valores indígenas, à esperança de um outro mundo possível, com respeito às diferenças. O reconhecimento desses aspectos perpassa na contribuição de escritores(as) e artistas que se identificam com a causa indígena, particularmente, aqueles(as), que se empenham em transmitir e “traduzir” com apurada sensibilidade a poética de tradição oral dos povos indígenas.

Dentre esses direitos, está o de poder cultivar suas tradições, tema enfatizado no quarto verso da primeira estrofe do poema: “Vem homem branco, vamos dançar nosso ritual”. Nesse trecho é possível perceber também a tentativa de harmonização desses dois mundos distintos.

DIÁLOGO E INTERAÇÃO

Na sequência, Kambeba enfatiza a ideia de pertencimento, quando destaca suas origens na terceira estrofe. Esse é um tema recorrente na literatura de autoria indígena, os autores usam suas experiências nas aldeias, a contação de histórias, as peripécias de crianças e outros aspectos da cultura indígena para enfatizar a importância de suas relações com a natureza e com os saberes ancestrais.

As descrições das vivências na aldeia são reforçadas ainda mais na terceira estrofe. Nesse sentido, a aldeia é representada como experiência do lugar, mas não um lugar fixo, identificável. Um lugar que é um texto, em vias de se desfazer a cada pronúncia, porque tem a natureza da palavra (ALMEIDA, 2009). Narrar o dia a dia na aldeia é, para os escritores indígenas, uma forma básica de se estabelecerem no espaço do livro. Eles fazem, intuitivamente, a síntese entre a aldeia e a escola, entre o real e o simbólico e criam, no imaginário dos leitores, a própria vida vivida (ALMEIDA; QUEIROZ, 2004). Para a escritora indígena “a aldeia é a casa maior, a grande sala de aula onde se aprende na vivência e numa relação de carinho e amor entre os seus e com a natureza. Não se separa povos indígenas e natureza, nessa escola toda somos um” (KAMBEBA, 2020 p. 90).

Após enfatizar o espaço da aldeia, a poeta parte para as descrições das mudanças vividas entre seu grupo étnico, essas mudanças se estendem para além dos Kambeba. O sujeito poético fala em nome dos povos que tiveram seus territórios invadidos, suas crenças profanadas e dos que deram suas vidas pelo bem comum. As mudanças enfatizadas estão no nível do visível quando a autora tece críticas à sociedade globalizada e às mudanças em nossos hábitos, presentes nos versos da quinta estrofe: “Hoje, no mundo em que vivo / Minha selva, em pedra se tornou” e “Não tenho a calma de outrora / Minha rotina também já mudou” (KAMBEBA, 2013, p. 23).

A rememoração do espaço e das mudanças vivenciadas pela autora no poema possibilita contar sua própria história, portanto, reconstruir sua identidade, tomar posse de sua tradição, significa em primeira instância, resistir aos apagamentos vividos pelos grupos indígenas, que não puderam contar suas histórias. Para Kambeba (2020), o ato de escrever se faz necessário para trazer à tona o que ficou oculto, para desvelar a memória e corrigir os erros que ainda são repassados nos

DIÁLOGO E INTERAÇÃO

livros de história. Nessa direção, Graça Graúna (2013), afirma que a literatura indígena contemporânea é um lugar utópico (de sobrevivência), que reúne uma confluência de vozes silenciadas e exiladas ao longo de mais de 500 anos de colonização.

É nessa mesma perspectiva de reivindicação e de autoafirmação, que a autora apresenta o poema “Ser indígena – ser Omágua”. O referido poema traz sua perspectiva de luta, enquanto indígena desse grupo. Vejamos o que diz o poema:

Ser indígena – ser Omágua

Sou filha da selva, minha fala é Tupi.
Trago em meu peito,
as dores e as alegrias do povo Kambeba
e na alma, a força de reafirmar a
nossa identidade,
que há tempo fico esquecida,
diluída na história.
Mas hoje, revivo e resgato a chama
ancestral de nossa memória.

Sou Kambeba e existo sim:
No toque de todos tambores,
na força de todos os arcos,
no sangue derramado que ainda colore
essa terra que é nossa.
Nossa dança guerreira tem começo,
mas não tem fim!

Foi a partir de uma gota d’água
que o sopro da vida
gerou o povo Omágua.
E na dança dos tempos
pajés e curacas
mantêm a palavra
dos espíritos da mata,
refúgio e morada
do povo cabeça-chata.

Que o nosso canto ecoe pelos ares
como um grito de clamor a Tupã,
em ritos sagrados,
em templos erguidos,
em todas as manhãs!
(KAMBEBA, 2013, p. 25).

No primeiro verso do poema é possível perceber uma intertextualidade com o poema “I-Juca Pirama”, de Gonçalves Dias, quando a autora traz a mesma vivacidade

DIÁLOGO E INTERAÇÃO

em evidenciar sua relação com o universo indígena, vista também no personagem Tupi, que investido de coragem reafirma sua relação com a floresta: “(...) Sou filho das selvas, nas selvas cresci” (DIAS, 1969, p. 04). Kambeba ressignifica essa passagem ao reivindicar seu lugar de fala e a possibilidade de poder falar em nome de uma coletividade. Conforme Thiél (2012), os escritores dialogam com textos já existentes e negociam suas formas de narrar entre tradições, recursos e visões de origem ancestral e europeia. De tal modo, as textualidades híbridas e multimodais, resultam de relações entre a palavra que evoca a memória ancestral e a palavra que permite a divulgação das culturas originárias.

Sobre o tema da autobiografia presente na produção de Kambeba, é possível dizer que se trata de um testemunho vivido dos problemas que pairam sobre as questões indígenas. Delcastagnè (2012), observa que o que está em jogo hoje na literatura contemporânea vai muito além de estilos ou escolhas repertoriais, mas sim a possibilidade de dizer sobre questões em si e sobre o mundo, de se fazer visível dentro dele. Nesse viés, a autora não desvincula seu ativismo do seu fazer poético, no primeiro verso da segunda estrofe isso fica evidente quando o sujeito poético diz: “Sou Kambeba e existo sim / na força de todos os arcos, / no sangue derramado que ainda colore / essa terra que é nossa” (KAMBEBA, 2013, p. 25).

Além de reforçar a presença de sua etnia como um dos grupos que resistira a colonização, o sujeito poético fala também na segunda estrofe, do derramamento de sangue vivido pelos grupos indígenas. De acordo com Olivieri-Godet (2020), as escrituras indígenas na contemporaneidade, a exemplo de outras literaturas de grupos excluídos, são igualmente moventes, pois se abrem para o cruzamento de culturas que buscam superar os traumas coloniais, dessa forma, inserem-se no processo contemporâneo da transculturalidade, com novas formas de percepção do real e da expressão artística, mas preservando o criticismo sobre os males impostos pela colonização.

Na estrofe seguinte, o sujeito da enunciação retoma o discurso de pertencimento e afirmação quando fala do mito da origem de seu grupo étnico – o povo cabeça-chata. A ideia de pertencimento também deve ser observada quando a autora usa como sobrenome, o nome de sua etnia. Essa estratégia dos escritores

DIÁLOGO E INTERAÇÃO

indígenas é uma forma de identificar o grupo étnico do qual fazem parte, acrescentam o nome da etnia ou um nome em língua indígena como forma de dar visibilidade e mostrar que produzem literatura em nome de uma coletividade. São sujeitos que emprestam suas vozes para reivindicar, denunciar e desfazer equívocos sobre os povos indígenas. Kambeba elegeu a poesia para tecer suas críticas e ecoar seu canto. O motivo a autora justifica abaixo:

Com a poesia conseguimos refletir nossas ações, reações, preconceitos, buscando aprender a conviver com as diferenças. Respeitar o tempo e espaço do outro, da natureza, de nós mesmos. Às vezes é preciso voar na imaginação das coisas e a poesia nos dá essa liberdade de imaginar [...] (KAMBEBA, 2020, p. 94).

A autora em seu fazer poético, usa as suas experiências de vida e de luta, mas também entrelaça esses elementos autobiográficos com a história de resistência do seu povo. Na quarta estrofe, a autora finaliza o poema com anseios de que os grupos indígenas sejam ouvidos: “Que o nosso canto ecoe pelos ares / como um grito de clamor a Tupã [...]” (KAMBEBA, 2013, p. 25).

Kambeba usa sua literatura para reivindicar dias melhores para as nações indígenas. Seu discurso no poema acima é repleto de sentimento de autoafirmação e pertencimento, reaviva os traumas da colonização, compartilha com outras etnias as mesmas mazelas e reafirma a memória e a luta coletiva. Olivieri-Godet (2020, p. 14), enfatiza que a escrita de mulheres indígenas “trata-se, por conseguinte, de uma *escrita-práxis* que articula literatura, crítica social e atividade política militante, visando a decolonização do imaginário ocidental”.

No terceiro poema selecionado “União dos povos”, a autora reforça a ideia de coletividade e luta política, uma das características inerentes da literatura indígena e de sua produção. Seu discurso busca apontar possibilidades para o futuro dos povos indígenas e demonstrar, que mesmo fora do espaço físico da aldeia as tradições podem ser mantidas.

União dos povos

Nós, povos indígenas,
Habitantes do solo sagrado,
Mesmo sem nossa aldeia,

DIÁLOGO E INTERAÇÃO

Somos herdeiros de um passado.

Buscamos manter a cultura,
Vivendo com dignidade,
Exigimos nosso respeito,
Mesmo vivendo na cidade.

Somos parte de uma história,
Temos uma missão a cumprir,
De garantir aos *tanu muariry*,
Sua memória, seu porvir.

Vivendo na *rytama* do branco,
Minha *uka* se modificou,
Mas, a nossa luta pelo respeito,
Essa ainda não terminou.

Pela defesa do que é nosso,
Todos os povos devem se unir,
Relembrando a bravura,
Dos Kambeba, dos Macuxi,
Dos Tembê e dos Kocama,
Dos valentes Tupi Guarani.

Assim, os povos da Amazônia,
Em uma grande celebração,
Dançam o orgulho de serem,
Representantes de uma nação,
Com seu canto vem dizer:
Formamos uma aldeia de irmãos.
(KAMBEBA, 2013, p. 35).

Na primeira e segunda estrofe, o sujeito poético se refere aos povos indígenas como herdeiro de um passado mesmo morando nos centros urbanos. Esse passado traumático é constantemente lembrado pela escritora. É preciso revisitar o passado para mudar o futuro e contar as novas gerações o que se deu historicamente com as nações indígenas: “Temos uma missão a cumprir, / De garantir aos *tanu muariry*, / Sua memória, seu porvir” (KAMBEBA, 2013, p. 35). Em seguida, o sujeito poético relembra as mudanças trazidas pelo “homem branco”, as quais modificaram as vivências e também causou a migração dos povos indígenas para as cidades. Já na quinta estrofe, a autora sugere a união dos variados grupos indígenas e toma como referência a história de luta “Dos Kambeba, dos Macuxi, / Dos Tembê e dos Kocama, / Dos valentes Tupi Guarani” (KAMBEBA, 2013, p. 35). Unir os mundos, atravessar pontes, tecer redes e formar malhas que possam ligar os saberes é um dos objetivos da poeta quando escreve, na busca de minimizar violência e preconceito.

DIÁLOGO E INTERAÇÃO

A autora recorre ao espaço memorial e cultural quando canta os povos da Amazônia na última estrofe. Nesse poema e em outros dessa mesma obra, é possível perceber a importância que a autora dá ao espaço, seja um espaço imaginado ou o espaço geográfico. Intuímos que isso deve estar relacionado com sua formação acadêmica. Márcia Kambeba é formada em Geografia e sua pesquisa de mestrado foi voltada para sua aldeia de origem, além disso, a autora está em trânsito constante entre cidades para a divulgação de seu trabalho. Nos poemas “Aldeia Tururucari-Uka”, “Território Ancestral”, “Os Filhos das Águas do Solimões”, “São Paulo de Olivença” e “Belém Indígena – Belém Cabocla” é possível pensar a ideia de espaço memorialístico e espaço geográfico.

Sobre essa ideia de espaço, a pesquisadora Olivieri-Godet (2020), que estuda a atuação de mulheres indígenas no campo literário, afirma que independentemente do local onde residam, quer vivam em cidades, em pequenos vilarejos ou mesmo em territórios indígenas, a escritora indígena vive no *entrelugar*, em uma alternância entre o vilarejo indígena, a reserva e a cidade, tirando proveito de dinâmicas transculturais para inovar em seu fazer literário. De tal modo, devemos pensar o texto literário indígena como interdisciplinar, já que é possível observar relação entre identidade, auto história, espaço geográfico, alteridades e outros temas. Para Graúna (2013, p. 16):

Essa relação suscita uma leitura entre real e imaginário, oralidade e escrita, ficção e história, tempo e espaço, individual e coletivo e de outros encadeamentos imprescindíveis à apreensão da autonomia do discurso e da cumplicidade multiétnica (diálogo) que emanam dos textos literários (poemas, contos, crônicas) e da ecocrítica nos depoimentos, nas entrevistas, nos artigos e outros textos de autoria indígena.

Ao narrar suas vivências por meio de textualidades literárias, os autores indígenas contemporâneos expressam consciência do poder da escrita para sua inserção como atuantes na construção de novos tempos. Desse modo, esses escritores (intelectuais) agem com base em princípios universais, que todo ser humano tem direito a contar com padrões de comportamento quanto à liberdade e à justiça da parte dos poderes ou nações do mundo, e que as violações deliberadas ou

DIÁLOGO E INTERAÇÃO

inadvertidas desses padrões devem ser corajosamente denunciadas e combatidas (SAID, 2005).

Além de poeta, Márcia Kambeba também faz outros trabalhos no campo da arte. Na obra em análise, a autora entrelaça poesia e fotografia. Assim como Kambeba, outros escritores indígenas trazem múltiplas modalidades discursivas para suas produções. A literatura indígena não tem um estilo único, uma vez que cada escritor representante de uma etnia/nação apresenta as particularidades do seu grupo.

Os recursos utilizados na divulgação desses trabalhos também é um ponto importante. Márcia Kambeba, por exemplo, explora ao máximo os recursos midiáticos. Os escritores indígenas, segundo Graúna (2013), usam essas ferramentas para mostrarem que a literatura indígena é de estilo universal e não voltada somente para os leitores indígenas. Os indígenas cada vez mais aparecem no mercado editorial em produções teatrais com o intuito de concretizar o resgate e a difusão da sabedoria atual e milenar dos povos indígenas no Brasil e, por extensão, divulgar o saber ancestral e contemporâneo dos parentes indígenas na América. Márcia Kambeba (2020, p. 92) enxerga sua estadia no campo da arte como uma missão, nas palavras da autora: “compartilhar esses sabres colhidos no rio de memórias com quem vive na cidade ou crianças de um tempo novo é uma missão que recebemos e é preciso sabedoria ancestral para pôr em papel”.

6 Considerações finais

A literatura indígena hoje no Brasil aos poucos tem se tornado conhecida graças as muitas lutas travadas e direitos básicos alcançados. É a partir de algumas conquistas como as advindas do Movimento Indígena, da Constituição Brasileira de 1988, assim como da promulgação da Lei 11. 645/2008, que a temática indígena tem ganhado notoriedade. Diante dessa conjuntura, os escritores indígenas se unem em associações com apoio de universidades e organizações não governamentais e entram no mercado editorial como autores de suas próprias histórias. Trata-se de uma

literatura fundamentada nos conhecimentos ancestrais, mas que agrega outros saberes e outras formas de artes.

Márcia Kambeba como participante desse processo de formação de uma literatura que tem por intuito questionar e revelar a situação dos povos indígenas no Brasil, escreve poesia e realiza palestras em prol da militância indígena. Na análise dos três poemas presentes na obra *Ay Kakyri Tama: Eu moro na cidade* (2013), constatamos que a autora traz para sua produção problemáticas que envolvem os povos indígenas na atualidade. Sua poesia tem como foco principal sua etnia/nação, os Kambeba, mas as metáforas e anseios se estendem para os povos indígenas de modo geral.

Uma dessas problemáticas é abordada no próprio título do livro sobre a realidade enfrentada pelos indígenas citadinos. A autora como indígena que vivencia essa realidade entende o quanto o indígena do espaço urbano é questionado continuamente sobre suas identidades.

A autora busca se reafirmar quando fala das experiências na aldeia. Experiências que ultrapassam o espaço físico e se ampliam para o espaço simbólico. O sujeito poético relembra as lutas e os traumas deixados pela colonização. A autobiografia, é utilizada pela autora quando toma como matéria poética suas lembranças e sua condição de mulher indígena. Sua poesia trata-se de uma escrita-*práxis* que articula literatura e crítica social.

Enfim, a poesia de Márcia Kambeba é ampla em possibilidades de análises porque tem um viés interdisciplinar. De modo geral, enxergamos essa obra como um exemplo de que as poéticas indígenas estão cada vez mais agregando novos estilos como forma de enriquecer ainda mais os horizontes da literatura brasileira.

Referências

ALMEIDA, Maria Inês de, QUEIROZ, Sônia. **Na captura da voz: as edições da narrativa oral no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica: FALE/UFMG, 2004.

ALMEIDA, Maria Inês de. **Desocidentada: experiência literária em terra indígena**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

DIÁLOGO E INTERAÇÃO

BICALHO, Poliene Soares dos Santos. Protagonismo Indígena no Brasil: Movimento, Cidadania e Direitos (1970-2009). **Tese** (Doutorado em História Social) – Universidade de Brasília. Brasília, DF: UNB, 2010.

BRASIL. **Lei nº 11.645 de 10 de março de 2008**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11645.htm. Acesso em 10/09/2018.

DELCASTAGNÈ, Regina. **Literatura brasileira contemporânea**: um território contestado. Vinhedo, Editora Horizonte / Rio de Janeiro, Editora da UERJ, 2012.

DIAS, Gonçalves. **Literatura comentada**. São Paulo: Abril Educação, 1982.

DORRICO, Julie. Vozes da literatura indígena brasileira contemporânea: do registro etnográfico à criação literária. In: Dorrico, Julie et al. (Orgs.), **Literatura indígena brasileira contemporânea**: criação, crítica e recepção, Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2018. p. 424-83.

GRAÚNA, Graça. **Contrapontos da Literatura Indígena contemporânea no Brasil**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2013.

GUESSE, Érika Bergamasco. Shenipabu Miyui: literatura e mito. **Tese** (Doutorado em Estudos Literários). – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Campus de Araraquara, 2014.

KAMBEBA, Márcia. **Ay Kakyri Tama**: Eu moro na cidade. Manaus: Grafisa Gráfica e Editora, 2013.

KAMBEBA, Márcia. O olhar da palavra: Escrita de resistência. In: DORRICO, Julie; DANNER, Fernando; DANNER, Leno Francisco (Orgs.). **Literatura indígena brasileira contemporânea**: autoria, autonomia, ativismo. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2020, p. 89-97.

LIMA, Amanda Machado Alves de. O livro indígena e suas múltiplas grafias. **Dissertação** (Mestrado em Estudos Literários) Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

OLIVIERI-GODET, Rita. **Vozes de mulheres ameríndias nas literaturas brasileiras e quebequense**. Rio de Janeiro: Makunaíma, 2020.

PÃRÕKUMU, Umusi, KEHÍRI, Torãmu. **Antes o mundo não existia**: a mitologia dos índios Desâna. 1. ed. São Paulo: Livraria Cultura, 1980).

SAID, Edward. **Representações do intelectual**: as Conferências Reith de 1993. Trad. Milton Hatoum. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SANTOS, Francisco Bezerra dos. Uma poética da floresta: a narrativa indígena no Amazonas. **Dissertação** (Mestrado em Letras e Artes) – Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, 2020.

DIÁLOGO E INTERAÇÃO

SILVA, Edson. O ensino de História indígena: possibilidades, exigências e desafios com base na Lei 11.645/2008. **Revista História Hoje**, v. 1, n. 2, p. 213-223, 2012.

THIÉL, Janice Cristine. **Pele silenciosa, pele sonora**: a literatura indígena em destaque. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

Recebido em: 06/06/2020.

Aprovado em: 27/08/2020.